



**RELATÓRIO DA VISITA DE UMA DELEGAÇÃO DE DEPUTADOS DA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS
ÀS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA E À REPRESENTAÇÃO PERMANENTE DE PORTUGAL JUNTO DA UNIÃO
EUROPEIA**

(BRUXELAS, 26 E 27 DE OUTUBRO DE 2010)

Delegação da AR :

- Deputado Alberto Costa (PS), Membro da CAE;
- Deputado Sérgio Sousa Pinto, (PS), Membro da CAE;
- Deputado José de Bianchi (PS), Membro da CAE;
- Deputado Pedro Duarte (PSD), Membro da CAE;
- Deputada Vânia Jesus (PSD), Membro da CAE;
- Deputado João de Serpa Oliva (CDS-PP), Membro da CAE;
- Deputada Catarina Martins (BE), Membro da CAE;

Apoio Técnico:

- Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR em Bruxelas.

A Comissão de Assuntos Europeus (CAE) da Assembleia da República (AR) realizou uma visita de trabalho a Bruxelas, para estabelecimento de contactos institucionais e troca de informações com as instituições da União Europeia (UE) e com a Representação Permanente de Portugal junto da UE (REPER).

O programa desta reunião encontra-se em anexo a este relatório e contemplou reuniões na Comissão Europeia, no Conselho da UE, no Parlamento Europeu (PE) e na REPER.

- *Dia 26 de Outubro de 2010*

1. Encontro com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič,

A primeira reunião teve lugar na Comissão Europeia, onde a delegação da CAE foi recebida pelo Vice-Presidente (VP) desta Instituição, o eslovaco Maroš Šefčovič, responsável pelas relações interinstitucionais e administração, ou seja, encarregado das relações com os Parlamentos nacionais (PNs).

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) agradeceu a disponibilidade do Comissário para este encontro e apresentou os membros da Delegação. Em seguida, explicou o âmbito desta visita de trabalho a Bruxelas, sublinhando a evolução recente do trabalho da CAE na análise do princípio da subsidiariedade, mas também no quadro do mecanismo de diálogo político entre a Comissão Europeia e os PNs (a designada "Iniciativa Barroso"). Neste contexto, apresentou as 7 prioridades seleccionadas pela AR para escrutínio reforçado em 2010, com base no Programa



de Trabalho da Comissão Europeia para este ano, e questionou o Comissário quanto à percepção que a Comissão Europeia tem sobre a eficácia deste trabalho.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) colocou uma questão concreta, relacionada com o relacionamento institucional entre a Comissão Europeia e o Presidente do Conselho Europeu, Herman van Rompuy, designadamente a influência que este possa ter no papel da Comissão.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) sublinhou o facto de que os PNs recebem muita informação antes da tomada de decisão, mas que parece haver um défice na informação recebida posteriormente, em particular no que concerne aos detalhes da negociação. Deste modo, questionou o Comissário quanto às formas de aumentar a influência dos PNs neste contexto.

O VP da Comissão, Maroš Šefčovič, começou por destacar que a cooperação entre a Comissão Europeia e os PNs é um valor acrescentado para o projecto europeu, sublinhando que para a Comissão é fundamental conhecer as posições dos vários Parlamentos. A este respeito, destacou as posições assumidas por vários PNs relativamente a duas propostas concretas: a *Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal* e a *Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos sistemas de garantia de depósitos*.

Ainda que, em ambos os casos, não tenha sido atingido o limiar previsto no Protocolo 2 do Tratado de Lisboa, a Comissão irá analisar atentamente os vários pareceres e procurar responder. No que diz respeito à AR, enfatizou tratar-se do Parlamento mais activo no diálogo político com a Comissão Europeia, com mais de 180 pareceres elaborados desde Setembro de 2006. Por este motivo, afirmou que cita frequentemente a AR como um bom exemplo de adaptação ao novo papel dos PNs.

Por outro lado, enfatizou a importância das sete propostas seleccionadas como prioritárias pela AR, acrescentando igualmente a revisão do orçamento da UE, bem como as questões relacionadas com o sistema de recursos próprios da UE. Sobre o envolvimento dos PNs no processo de elaboração das políticas, sublinhou o conceito de *legislação inteligente* (*"smart legislation"*) que a Comissão tem procurado implementar, e no qual é extremamente importante o processo de consulta a todas as partes antes de qualquer proposta legislativa ser apresentada. Neste quadro, os PNs poderão, querendo, envolver-se no processo de formulação das políticas na fase mais precoce possível, i.e., na apresentação dos Livros Brancos, Livros Verdes e outros documentos de orientação estratégica.

Quanto à questão da cooperação institucional entre a Comissão e o Presidente do Conselho Europeu, notou que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa trouxe um novo ambiente, ao qual os vários actores institucionais continuam em fase de adaptação. O PE viu os seus poderes consideravelmente reforçados e tem vindo a afirmar essas suas novas competências, realidade à qual o Conselho, por exemplo, tem tardado a aderir. O Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão Europeia têm feito um esforço notável para estabelecerem uma boa relação de cooperação (e.g. através de reuniões semanais).

No Conselho Europeu, no qual têm assento os Chefes de Estado ou de Governo, o seu Presidente Van Rompuy e alguns Estados-membros vêm um grande potencial para o reforço da abordagem intergovernamental da construção europeia. Por exemplo, em plena crise, a reacção



do Conselho foi no sentido de se afirmar como o “salvador” da UE. Por outro lado, destacou o VP da Comissão, o Conselho Europeu é hoje composto por uma nova geração de líderes, que foram educados já na UE, e para quem todos os benefícios da integração europeia sempre foram um dado adquirido. Por conseguinte, tendem a dar menos valor aos progressos já realizados e permite o desenvolvimento de uma abordagem de culpabilização (“*blame-game*”), através da qual as boas notícias são mérito dos Governos e as más resultam da acção das instituições da UE. É preciso reagir a esta abordagem, encarando a integração europeia como um constante jogo de soma variável, e não sob a perspectiva de contribuintes líquidos, beneficiários, países da coesão, etc.

Com efeito, é preciso encarar a realidade dos factos: há um desfazamento entre aquilo que é o orçamento da UE (aproximadamente 1% do PNB dos Estados-membros) e ambição política que é proclamada. A administração da UE, por exemplo, é cerca de 0,006% do Orçamento – o resto é canalizado para os Estados-membros.

O Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) questionou o VP da Comissão sobre as relações entre o PE e os PNs, no quadro da nova atmosfera institucional descrita após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Maroš Šefčovič respondeu que o PE começou por adoptar uma postura algo condescendente, querendo ser “*a mãe dos PNs*”. Porém, começa a compreender que o Tratado de Lisboa e o papel que os PNs têm vindo a afirmar exige uma abordagem mais construtiva e com outro conteúdo. Deu três exemplos concretos: a opinião dos PNs relativamente àquelas que deverão ser as próximas grandes prioridades do orçamento da UE, a “apropriação” nacional da Estratégia UE2020 e, por fim, a correcta e atempada transposição nacional da legislação europeia.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) referiu-se, em seguida, ao princípio da subsidiariedade, considerando que se trata de um mecanismo de controlo relativo à competência e não relacionado com o fundo ou a substância das propostas. Por outro lado, a “iniciativa Barroso” permite que os PN se pronunciem sobre o fundo e o conteúdo das iniciativas. A questão está em saber se a subsidiariedade é ou não importante ou se, por outro lado, o que conta é, efectivamente a matéria de fundo? Tal questão é fundamental para que a AR possa seleccionar as suas prioridades.

O VP Maroš Šefčovič respondeu que os dois planos – controlo da subsidiariedade no quadro do Protocolo 2 do Tratado de Lisboa e pronúncia sobre o fundo das propostas no contexto do diálogo político com a Comissão – decorrem em paralelo. Reafirmou que a Comissão Europeia analisa politicamente as opiniões dos PNs e que não se irá esconder atrás da interpretação legalista da subsidiariedade.

2. Reunião de trabalho na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia

Seguiu-se uma reunião de trabalho na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), onde a Delegação foi recebida pelo Embaixador Manuel Lobo Antunes, acompanhado de quatro conselheiros da REPER: Dra. Sara Batóreo Crespo, responsável pelas relações com o PE, Dra. Cecília Antolin, encarregada das questões relacionadas com as perspectivas financeiras 2014-2020, Dr. Francisco Barros Castro, Conselheiro Financeiro



(ECOFIN, UEM) e a Dra. Deolinda Correia, com responsabilidade no domínio do Direito do Trabalho, em particular a negociação da Directiva sobre o tempo de trabalho.

O objectivo desta reunião era que, após uma alocução de boas-vindas a cargo do Embaixador Manuel Lobo Antunes, pudesse haver um *briefing* e troca de impressões sobre três temas concretos:

- Semestre Europeu: a coordenação integrada da política económica para a UE
- A revisão da Directiva sobre o tempo de trabalho, *Conselheiro da REPER*
- As perspectivas financeiras 2014-2020, *Conselheiro da REPER*

O Embaixador Lobo Antunes deu as boas-vindas à Delegação e saudou a iniciativa da CAE em realizar esta visita. Destacou, ainda, a importância da decisão da AR de nomear um “antena” junto da UE e o valor acrescentado que tal tem representado na cooperação com a REPER.

Em seguida, afirmou que o momento a UE vive actualmente é de algum cepticismo: há poucas ideias mobilizadoras, há iniciativas paralelas de Estados-membros que lançam alguma confusão, e a entrada em vigor do Tratado de Lisboa exige um processo de aprendizagem e adaptação, de modo a que se possa sair da indefinição institucional que marcou este primeiro ano.

Destacou os seguintes aspectos:

- Equilíbrio institucional: a primeira grande novidade é a afirmação do Conselho Europeu como instituição, com um Presidente permanente. Herman van Rompuy tem a vantagem de, apesar de alguma ausência de carisma, ser um facilitador de consensos. O PE, por seu lado, tem afirmado de forma assertiva o seu novo papel, consolidando-se como o verdadeiro órgão de debate político na UE. O Conselho ainda resiste um pouco a esta nova dinâmica institucional, mas tudo tende a normalizar-se com o tempo.

- Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE): começou por notar que não se trata de uma nova instituição, mas de um serviço. Neste quadro, o debate deste último ano teve como pano de fundo a questão de saber se o modelo a implementar seria de cariz mais intergovernamental ou comunitário. Existem algumas questões em aberto: Catherine Ashton, com o “*duplo chapéu*” de Alta-Representante da UE para os negócios estrangeiros e política de segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, é preciso aferir perante quem será responsável; depois, para haja efectivamente uma política externa, é fundamental que haja uma vontade política que a impulse; por fim, é importante considerar o modo como as Embaixadas dos Estados-membros se relacionarão com as Embaixadas da UE;

- Governação Económica: o grupo de missão presidido por Herman Van Rompuy apresentará as suas propostas esta semana. Por outro lado, a Comissão Europeia apresentou no final de Setembro o seu pacote de propostas sobre a governação económica. Por fim, a Alemanha e a França lançaram esta semana a ideia de sanções políticas para os Estados-membros que apresentem défices excessivos. É preciso combinar estas várias propostas que versam sobre a mesma matéria;



- A revisão do orçamento da UE: a Comissão Europeia apresentou a sua "*budget review*", que foi bem acolhida. Este documento toca em vários pontos sensíveis, avança com algumas ideias interessantes e deverá agora seguir-se um debate político que a Comissão pretende que seja calmo e ponderado.

Em seguida, usaram da palavra os Srs. Deputados Alberto Costa (PS), Sérgio Sousa Pinto (PS), que colocou algumas questões relacionadas com o processo de nomeações para o SEAE, sobre o novo equilíbrio institucional, com especial relevo para o Presidente do Conselho Europeu, afirmando ainda que a Comissão não tem levado na devida consideração o impacto assimétrico que a UEM tem nas diferentes economias que dela fazem parte.

Em resposta, o Sr. Embaixador afirmou que, quanto às nomeações para o SEAE, designadamente para a sua estrutura dirigente, não se trata de questionar o mérito das pessoas nomeadas, mas de assegurar a transparência do processo. No que concerne ao equilíbrio institucional, as vantagens e desvantagens da criação do cargo de Presidente do Conselho Europeu eram há muito conhecidas – a questão que se coloca agora é a de aferir se a sua existência significará, ou não, um reforço do pendor intergovernamental. A UE, finalizou, tem de encontrar a capacidade política de afirmar um discurso mobilizador, que traga boas notícias e sinais de esperança.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) questionou se, no que concerne aos fundos estruturais, as próximas perspectivas financeiras trarão alterações substanciais para Portugal.

O Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) afirmou que uma das diferenças substanciais na actualidade do projecto europeu está relacionada com a questão financeira, pois antes havia uma disponibilidade financeira que hoje não existe. Por outro lado, o paradigma institucional alterou-se de forma substancial e isso implica um reposicionamento geral.

O Embaixador Lobo Antunes, a este respeito, sublinhou que a Europa não pode afirmar o seu projecto político falando apenas de economia e finanças. É preciso mais substância política.

Relativamente à temática do "semestre europeu" e da governação económica, o Dr. Francisco Barros Castro, começou por recordar que a questão das sanções não pode ser vista isolada da do fundo de emergência que foi criado e que vigorará até 2013. Em seguida, recordou a cronologia de decisões que levaram à alteração dos prazos de entrega dos programas nacionais de reforma e do programa de estabilidade e crescimento, naquilo que se designou de semestre europeu. Sobre as decisões a tomar em matéria de governação económica, lembrou que o grupo de missão presidido por Herman Van Rompuy apresentou um conjunto de recomendações políticas em nome do Conselho, mas que a Comissão (que também fazia parte da task-force) se havia antecipado, de modo a não ser condicionada, apresentado o seu pacote de seis propostas sobre esta matéria, das quais quatro são legislativas e terão de ser aprovadas em co-decisão com o PE. Este Parlamento, por seu lado, afirmou já uma posição através da aprovação do relatório do Deputado português Diogo Feio (CDS-PP/PPE), que contem um conjunto de recomendações importantes.

No que concerne às perspectivas financeiras 2014-2020, a Dra. Cecília Antolin começou por afirmar que só em Junho de 2011 é esperada uma proposta da Comissão, que lançará o processo negocial. Aludiu à *budget review* apresentada pela Comissão e às pistas aí lançadas. Relativamente à política de coesão, referiu que esta proposta é cautelosa – toda a lógica é



enquadrada pela Estratégia UE2020 e as várias opções de despesa são apresentadas no plano europeu. Ou seja, a lógica das regiões, de *per se*, é curta. Há uma lógica de sectorialização dos fundos que se sobrepõe à lógica da regionalização dos fundos. Dito isto, é importante recordar que a coesão regional é um objectivo que está inscrito nos Tratados e que nada está decidido, por ora. Mas Portugal tem de se preparar para uma negociação em que a argumentação será orientada para conceitos como os de competitividade, inovação, investigação, crescimento, e na qual a coesão deverá ser encarada como uma política que concorra também para a prossecução dos objectivos da Estratégia UE2020.

Por fim, no que diz respeito à Directiva sobre o Tempo de Trabalho, a Dra. Deolinda Correia fez uma resenha histórica do anterior processo negocial que culminou com a falta de acordo no Comité de Conciliação, em 2009. Neste momento, a Comissão Europeia prevê publicar a sua proposta no primeiro trimestre de 2011 (e não no último de 2010), pelo que só nessa altura será possível verificar qual o compromisso que é proposto. Existe a possibilidade de a Directiva vir a ser dividida em duas propostas legislativas. De todo o modo, foi reiterada a disponibilidade da REPER para prestar toda a informação relevante sobre esta matéria, que é uma das duas propostas legislativas identificadas como prioritárias pela AR para escrutínio reforçado.

3. O Embaixador Manuel Lobo Antunes, Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia, ofereceu um jantar na sua Residência Oficial à Delegação da CAE

- ***Dia 27 de Outubro de 2010***

4. Encontro de trabalho com Poul Skytte Christoffersen, Conselheiro Especial da Alta-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança

Na manhã do dia 27, a Delegação começou por encontrar-se com o Embaixador Christoffersen para uma troca de impressões sobre o SEAE, que começou por afirmar que existe, neste momento, alguma impaciência quanto ao Serviço, dado que um ano após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, ainda não se encontra em funcionamento.

Prosseguiu, afirmando que o SEAE tem como missão poder assistir a Alta Representante nas suas funções, seja enquanto Presidente do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, seja na sua tarefa de assegurar a coerência na política externa da UE, ou como membro da Comissão encarregado destas matérias.

Para que o SEAE possa estar operacional, foram precisas quatro iniciativas distintas: a decisão de criação do SEAE, o regulamento financeiro, a alteração ao regulamento de pessoal e o próprio orçamento de funcionamento do Serviço. Dado que algumas destas matérias tinham de ser acordadas em co-decisão com PE, rapidamente a negociação se tornou num pacote, no qual o PE queria afirmar as suas posições. Porém, as questões pendentes estão já resolvidas e as condições legais para que o SEAE possa entrar em funcionamento estão preenchidas.

O desafio é enorme e é importante que o SEAE demonstre rapidamente a sua dimensão prática, designadamente acrescentando valor comparativamente à acção isolada dos Estados-membros:



no comércio ou na ajuda humanitária, por exemplo. É fundamental tornar a política externa europeia mais clara, mais coerente e mais consistente. A título de exemplo, a UE pode concentrar-se em áreas onde os EUA têm hoje pouca margem de penetração (Irão, Síria), deve focar-se na sua vizinhança ou afirmar positivamente a sua política em África.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) apresentou a Delegação da CAE e sublinhou algumas das dificuldades enunciadas na organização do SEAE, bem como as potenciais tensões na repartição de competências de Catherine Ashton, enquanto Alta Representante e VP da Comissão.

O Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) referiu-se às dúvidas manifestadas quanto à operacionalidade funcional do Serviço, em face do híbrido que o caracteriza. Por outro lado, apontou as potenciais zonas de sobreposição na actuação das Embaixadas nacionais e das Embaixadas da UE. Por fim, afirmou que a efectividade de toda esta estrutura depende do desenvolvimento e implementação de uma política externa coerente, focada em questões concretas (e.g. Irão).

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) identificou as potenciais vulnerabilidades do papel duplo de Catherine Ashton, simultaneamente Alta Representante e VP da Comissão, que poderão permitir uma margem de influência decisiva para os Estados-membros. Como tal, é preciso encontrar algum equilíbrio. Por outro lado, questionou Christoffersen sobre as relações com o PE ao longo do processo negocial e para o futuro.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) questionou directamente a questão das nomeações para o SEAE, procurando saber qual o critério que lhes serviu de base.

Christoffersen começou por recordar que a Comissão dispõe, actualmente, de 138 Delegações, estabelecidas naqueles locais onde esta instituição considerou ser relevante estar presente. O SEAE poderá visitar esta distribuição, pois um dos objectivos é que a rede de Embaixadas da UE seja focada, direccionada para os objectivos de política externa da União. Com efeito, considerou que um dos problemas é que a UE não tem sido eficiente a “vender” a sua política externa. Como tal, um dos critérios para as nomeações é o de recrutar pessoas capazes de vender as políticas. O processo de recrutamento passou por uma fase inicial de candidaturas, seguido de duas rondas de entrevistas e uma terceira ronda onde se elaborava uma *short-list*. As qualificações, bem como o inevitável balanço geográfico, são critérios-chave. Mas é preciso notar que a geometria de equilíbrios a observar é muito diversificada: é preciso um balanço entre Estados-membros, entre novos Estados-membros e Estados-membros mais antigos, entre homens e mulheres, etc..

Em síntese, afirmou o seu optimismo quanto à entrada em funcionamento e operacionalidade do serviço.



5. Encontro de trabalho com os Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu

Após a reunião no Conselho, a delegação deslocou-se ao Parlamento Europeu para um encontro com os Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, na qual estiveram presentes 17¹ dos 22 Deputados nacionais eleitos para esta Instituição. O objectivo era uma troca de impressões, num registo informal e dinâmico, sobre temas de interesse comum.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) deu início à reunião, apresentando os Srs. Deputados da CAE presentes, e sublinhando que, nos vários encontros havidos, a Delegação pôde constatar que é unânime a percepção de que o PE viu aumentados de forma considerável os seus poderes, o que é bastante positivo para a UE.

O Sr. Deputado Luís Capoulas Santos (PS-PE) pediu para intervir em primeiro, dado que teria de se ausentar para estar numa Conferência. Reiterou a sua disponibilidade para colaborar com a AR, designadamente sobre a proposta de reforma da PAC que a Comissão Europeia deverá apresentar em Junho e para a qual ele próprio deverá ser o relator do PE. Neste quadro, manifestou a sua disponibilidade para se encontrar com os Deputados da CAE e da CADRP para troca de informação sobre esta matéria.

A Sra. Deputada Maria da Graça Carvalho (PSD-PE) afirmou que é membro da Comissão ITRE (Indústria, Inovação e Energia), concentrando-se nas áreas de ciência e inovação, energia e alterações climáticas. Recordou a boa cooperação recente com AR no âmbito do Relatório sobre a simplificação da execução dos programas-quadro de investigação, do qual foi relator o Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD).

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE-AR) afirmou que esta visita da CAE a Bruxelas lhe trouxe um sentimento desconfortável: fala-se pouco de política e muito de equilíbrio institucional. Como tal, questiona como poderá ser melhorada a articulação entre os Deputados à AR e os Deputados ao PE.

O Sr. Deputado Rui Tavares (BE-PE) concordou que se discute pouca política a nível europeu, dando como exemplo a nomeação de Van Rompuy para Presidente do Conselho Europeu, assunto que o próprio PE não debateu politicamente. Neste domínio, os PNs, enquanto detentores da legitimidade de fiscalização da acção dos Governos a nível do Conselho, têm um papel determinante a desempenhar.

A Sra. Deputada Ilda Figueiredo (PCP-PE) notou que, de modo a que estas reuniões possam ter alguma utilidade, seria conveniente definir uma agenda prévia de temas, para que se possa saber as posições relativas sobre cada matéria de interesse comum.

A Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD-AR) começou por sublinhar o impacto social e económico da crise, destacando a Estratégia UE2020 como um instrumento importante para retomar o

¹ Estiveram presentes os Srs. Deputados Mário David, Carlos Coelho, Maria da Graça Carvalho, José Manuel Fernandes, Maria do Céu Patrão Neves e Nuno Teixeira, pelo PSD, Edite Estrela, Vital Moreira, Capoulas Santos, António Correia de Campos, Elisa Ferreira e Luís Paulo Alves, pelo PS, Marisa Matias e Rui Tavares, pelo BE, Ilda Figueiredo, pelo PCP, Nuno Melo e Diogo Feio, pelo CDS-PP.

² N.d.r. Relatório referente à revisão do acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, pelo Deputado Paulo Rangel (PSD), Relatório sobre a Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 92/85/CEE do Conselho relativa à introdução de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho, da Deputada



crescimento económico. Assinalou as sete prioridades para escrutínio reforçado seleccionadas pela AR para 2010, enfatizando a importância da colaboração com o PE neste domínio.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP-AR) colocou algumas questões sobre as soluções apresentadas a nível europeu no plano fiscal, sobre a concorrência de países emergentes, sobre a importância dos serviços públicos, sobre o semestre europeu e, finalmente, sobre a questão do envelhecimento da população e o declínio demográfico na UE.

A Sra. Deputada Edite Estrela (PS-PE) considerou que não existe um défice de democracia nas instituições europeias e que o PE é o garante da legitimidade. Relativamente ao défice demográfico, alertou para o facto de que, ao ritmo actual, a UE será, em 2030, cerca de 5% da população mundial. Ao nível da UE, salientou, pouco tem sido feito aludindo de seguida à proposta de directiva sobre a extensão da licença de maternidade para as 20 semanas, da qual é a relatora no PE.

O Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD-AR) identificou três temas concretos que deverão ser objecto de particular atenção: as perspectivas financeiras 2014-2020, o SEAE e a governação económica.

O Sr. Deputado Nuno Melo (CDS-PP/PE) recordou que, na sessão plenária do PE de Outubro, foram aprovados quatro relatórios muito importantes da autoria de Deputados portugueses² e que a comunicação social em Portugal negligenciou completamente este aspecto. No tocante às relações com os PN, aludiu ao facto de que uma delegação do Bundestag alemão se deslocou ao PE para uma reunião de trabalho sobre a proposta de Decisão europeia de investigação em matéria penal, da qual é relator. Este é um formato de cooperação muito útil e que a AR pode utilizar. Relativamente ao Paquistão e à questão dos têxteis, apontou a contradição de, por um lado a UE exigir muito dos Estados-membros e, por outro, adoptar medidas destas.

A Sra. Deputada Elisa Ferreira (PS-PE) considerou esta reunião de extrema relevância, mas sublinhou que os passos seguintes deverão ser a intensificação da troca de informação e o estabelecimento de redes.

O Sr. Deputado Vital Moreira (PS-PE) considerou que estas reuniões deveriam ter uma regularidade maior (e.g. 4 vezes/ano), dedicadas a temas específicos como a PAC ou a coesão. Sobre o papel do PE, considerou que é o Parlamento onde mais se discute política no mundo. Sobre o trabalho da AR em material europeia, considerou que as responsabilidades que advêm do Tratado de Lisboa implicam um trabalho cada vez mais focado e concreto.

O Sr. Deputado Mário David (PSD-PE) destacou a utilidade destas reuniões e sugeriu que se possam realizar quatro vezes por ano, como havia sugerido o Sr. Deputado Vital Moreira, dedicadas a dois ou três temas concretos por reunião. Relativamente ao SEAE, destacou o facto

² N.d.r. Relatório referente à revisão do acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, pelo Deputado Paulo Rangel (PSD), Relatório sobre a Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 92/85/CEE do Conselho relativa à introdução de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho, da Deputada Edite Estrela (PS), Relatório sobre o papel do rendimento mínimo no combate à pobreza e na promoção de uma sociedade inclusiva na Europa, da Deputada Ilda Figueiredo (PCP), e Relatório com recomendações à Comissão tendo em vista melhorar a governação económica e o quadro de estabilidade da União Europeia, em particular na área do euro, da autoria do Deputado Diogo Feio (CDS-PP).



de que Angola, Brasil e Moçambique terem ficado no mesmo pacote, ou seja, a sua rotação será simultânea. Por conseguinte, Portugal dificilmente conseguirá mais do que um desses postos.

O Sr. Deputado Correia de Campos (PS-PE) referiu-se ao trabalho da Comissão IMCO (Mercado Interno e Consumidores), à qual pertence e identificou uma área prioritária para o acompanhamento parlamentar: o pacote de medidas propostas pelo *Single Market Act*, recentemente apresentadas pelo Comissário Michel Barnier, disponibilizando-se para toda a cooperação que a AR entenda pertinente neste domínio.

O Sr. Deputado Diogo Feio (CDS-PP/PE) considerou também que estas reuniões deverão, de futuro, assentar em agendas mais focadas. No que diz respeito ao relacionamento entre o PE e os PNs, considera que não existe propriamente um afastamento, mas que as maneiras de fazer política são diferentes. Sobre áreas potenciais de cooperação, referiu-se ao pacote de governação económica apresentado pela Comissão Europeia, do qual fazem parte quatro propostas em co-decisão com o PE. Neste domínio, há um enorme potencial de cooperação.

O Sr. Deputado José Manuel Fernandes (PSD-PE) referiu-se ao novo quadro plurianual e ao trabalho da Comissão SURE (Comissão sobre os Desafios Políticos) que deverá apresentar o seu relatório em plenário em Junho de 2011. Há várias ideias a serem debatidas, como a possibilidade de ser alargado o período de vigência do quadro para 10 anos, com uma revisão a meio. Em seguida, referiu que todas as discussões têm sempre presente o conceito de “valor acrescentado” para a UE e que Portugal terá que estar preparado para entrar nesta argumentação também.

O Sr. Deputado Luís Paulo Alves (PS-PE) identificou a PAC e a Política Comum de Pescas como as suas áreas preferenciais, salientando que o futuro destas duas políticas será enquadrado pelo novo quadro de perspectivas financeiras. Neste contexto, os PNs têm um papel essencial a desempenhar, designadamente no acompanhamento da acção dos seus governos.

Por fim, usou da palavra a Sra. Deputada Maria do Céu Patrão Neves, que aludiu igualmente às áreas da PAC e das Pescas como prioritárias para Portugal e nas quais a cooperação entre o PE e a AR será fundamental.

6. Encontro de trabalho com o Vice-Presidente do PE responsável pelas relações com os Parlamentos nacionais e Presidente do Grupo Director do PE para as relações com os PNs (Steering Group), Miguel Angel Martínez Martínez (S&D)

O último ponto do programa desta visita oficial da CAE a Bruxelas foi um encontro com o Vice-Presidente do PE, Miguel Angel Martínez Martínez, responsável nesta instituição pelas relações com os PNs, que começou por sublinhar o excelente relacionamento que tem com Portugal e com a AR. Em seguida referiu-se ao trabalho do Grupo Coordenador (*Steering Group*) do PE para as relações com os PNs, que aprovou um conjunto de recomendações no passado mês de Outubro.

Relativamente à reunião da COSAC que teve em lugar em Bruxelas, entre os dias 24 e 26 de Outubro, manifestou a sua preocupação com as posições expressas por alguns PNs, Em concreto, manifestou a sua perplexidade pela posição do Parlamento finlandês que considera



que o reforço dos poderes do PE é negativo, pois tal é feito através da diminuição das prerrogativas do Conselho. Isto resulta do facto de que o Parlamento da Finlândia considerar que os PNs controlam os seus Governos através do sistema de mandatos. Porém, nem todos os sistemas de escrutínio são idênticos, pois quando falamos de Parlamentos nacionais estamos a falar de 40 câmaras parlamentares, todas diferentes entre si. Deste modo, afirmou que o PE poderá repensar a sua participação na COSAC. Por fim, elogiou tanto a participação da delegação portuguesa na COSAC, como a qualidade dos Deputados portugueses ao PE.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) apresentou a Delegação da CAE e sublinhou que a COSAC deve assumir um papel diferente, mais útil e relevante. O PE, neste domínio, é uma mais-valia e muito importante para a democraticidade do projecto europeu.

O Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) agradeceu a intervenção clara e honesta, enfatizando igualmente o papel fundamental do PE.

O Sr. Deputado Serpa Oliva (CDS-PP) perguntou se o Grupo de Coordenação encerrou definitivamente os seus trabalhos ou se irá continuar a reunir-se.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) destacou o optimismo que não esconde os problemas.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) sublinhou o reconhecimento unânime do novo estatuto do PE que, numa época de alguma confusão institucional na UE, torna esta instituição a depositária do espírito europeu. Relativamente ao papel dos PNs, considerou que a subsidiariedade é um conceito pouco operativo.

O VP do PE, Martínez Martínez, concluiu afirmando que o Steering Group vai continuar a reunir-se, conforme consta das suas conclusões. Por fim, recordou que os países isolados contam pouco, nos dias de hoje. Sem a UE, estão condenados a uma relativa insignificância.

Assembleia da República, 3 de Novembro de 2010

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus

(Vitalino Canas)